

A natureza ontológica do pensamento de Marx

Frederico Jorge Ferreira Costa¹

Susana Jimenez Vasconcelos²

Nosso objetivo neste artigo é identificar os pressupostos que identificam o pensamento de Marx como uma ontologia. No primeiro momento indicaremos que a natureza ontológica da obra marxiana não é consenso na tradição marxista e, procuraremos rastrear as razões históricas que ofuscaram ou debilitaram o núcleo ontológico das contribuições de Marx. Depois, procuraremos indicar a importância do resgate da ontologia marxiana por Lukács, delimitando aproximadamente os contornos gerais da ontologia marxiana e sua diferenciação das ontologias anteriores, pois esta é uma ontologia de novo tipo.

1.1 O MARXISMO POSSUI UMA NATUREZA ONTOLÓGICA?

A definição precisa dos lineamentos histórico-filosóficos que garantem a inteligibilidade interna da tradição inaugurada por Marx, principalmente em sua dimensão ontológica, é uma problemática posta pela contemporaneidade. Na verdade, pensamos que qualquer reflexão situada sob as coordenadas da tradição marxista, por mais específica que seja, deve estar sempre condicionada pela concepção de totalidade, e esta, na atualidade, apresenta a questão de definir se Marx fundou ou não uma ontologia do ser social.

Tal questão não é ponto pacífico. Em primeiro lugar pelo caráter especulativo freqüentemente ligado à tradição da reflexão ontológica. Primeiro, por exemplo, pensemos no caráter idealista das ontologias de Aristóteles, Tomás de Aquino e Hegel. Segundo pela tendência gnosiológica, própria do neopositivismo e do irracionalismo pós-moderno, que hiperdimensiona o sujeito mesmo quando busca negá-lo. Terceiro, pelo sociocentrismo, que dissolve a natureza nas relações sociais, ou seja, os homens pensam e fazem da natureza que existe, não tendo esta, portanto, mais uma existência autônoma. Por último, pela perspectiva de colocar a práxis como o núcleo da problemática do marxismo dissociada de sua fundamentação concreta no metabolismo entre o homem e a natureza. Assim, a título de exemplo, a assertiva contrária a uma ontologia marxiana pode ser encontrada nas leituras mais díspares entre si dentro da própria tradição marxista.

¹ Doutor em Educação. Professor da Faculdade de Educação de Itapipoca da Universidade Estadual do Ceará – FACEDI/UECE. Pesquisador colaborador do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO. Membro do conselho editorial da revista *Outubro*.

² Pós-Doutora em Educação. Professora do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará – CED/UECE. Professora colaboradora da Universidade Federal do Ceará – UFC. Coordenadora-Geral do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO..

Para Althusser (2002), destacado entre outras coisas por suas concepções sobre os fenômenos ideológicos e suas contraposições à ciência, qualquer impostação ontológica é vista como um obstáculo epistemológico oriundo da ideologia do humanismo teórico:

Quais problemas reais podemos descobrir por trás das noções do humanismo teórico, revogados em sua impostura e em sua pretensão teórica? Cito os problemas essenciais, em correlação com os obstáculos epistemológicos principais que lhes “correspondem”. 1. Problema da definição da *espécie humana* ou da diferença específica que distingue as formas de *existência da espécie humana* das formas de existência das espécies animais (obstáculos: as noções de essência genérica do homem, de consciência etc.); 2. Problema da estrutura das *formações sociais* (obstáculos: as noções de Homem, de essência genérica do Homem, de coração ou de intersubjetividade, de consciência, de Sujeito etc.); 3. Problema da dialética da *história* como processo sem sujeitos (obstáculos: as noções de Homem, de Gênero, de sujeito, de alienação, de dialética-teleológica); 4. Problema das formas da individualidade (obstáculos: as noções de Homem, de Gênero, de indivíduo, de sujeito, de concreto etc.); Problema da natureza do *ideológico* (obstáculos: as noções de Homem, de consciência, de subjetividade etc.). (Idem, 2002, p. 52).

Para Prado Júnior (1981), que tantas contribuições trouxe para a historiografia brasileira e para divulgação do marxismo, o núcleo estruturante do pensamento de Marx também é a teoria do conhecimento³:

[...] o que se observará com toda clareza na obra de Marx, consiste no fato que, historicamente, é afinal na consideração do Conhecimento do Homem (aquilo que seriam as nossas ‘ciências humanas’ de hoje, e naturalmente o tema marxista por excelência) é aí, bem como no método de elaboração desse Conhecimento, que se revelaria com precisão o conjunto e generalidade do problema filosófico, isto é, a determinação em sua totalidade, e a caracterização do Conhecimento do Conhecimento que vem a ser o conteúdo e objeto central e geral da Filosofia, e onde ela encontra, em toda sua plenitude, o terreno que lhe é próprio e específico no complexo geral do Conhecimento. (p. 82).

Para Benoit (2003), crítico de Althusser e da dualidade materialismo histórico/materialismo dialético, a tentativa de encontrar uma ontologia na obra de Marx é resultado de um transpassamento ilegítimo da lógica hegeliana à perspectiva marxiana, pois qualquer postura ontológica estaria associada à velha metafísica: “[...] a idéia de uma ontologia dialética não-metafísica é algo incongruente do ponto de vista conceitual e, evidentemente, também, nesse sentido parece-me insustentável uma ontologia dialética marxista.” (p. 19).

Apesar de paradoxais, tais posturas anti-ontológicas são fruto, no nosso entender, do processo de divulgação e desenvolvimento posterior do pensamento

³ Mesmo quando, numa atitude de coragem intelectual para época, critica o modismo althusseriano, o faz sob a perspectiva da teoria do conhecimento como núcleo estruturador da filosofia: “O menos que se pode dizer de Althusser é sua originalidade, direi mesmo extravagância, de tão aberrante do ordinário e corrente é sua interpretação do marxismo, e tão insólita a maneira como vê esta questão central da Filosofia que é a teoria do conhecimento (PRADO JÚNIOR, 1971, p. 73).

marxiano, que veio a se constituir na denominada tradição marxista, a qual mesmo produzindo significativos avanços históricos para que o trabalho fosse liberto dos grilhões do capital, importou também – condicionada pelas mais diversas determinações culturais, sociais e econômicas –, numa série de desfigurações teóricas provocadas pela intromissão de elementos alheios à essência da obra marxiana.

Caso típico foi o do denominado “marxismo da Segunda Internacional”, que além de subestimar a função da consciência na constituição do ser social apresentou uma conceituação sociológica de ideologia como sendo uma concepção de mundo, ou seja, existiria uma ideologia burguesa e outra proletária, o que é bastante problemático por sua simplicidade. Pois, se é verdade que a ideologia dominante na sociedade é a da classe dominante, não é correto atribuir distorção ideológica apenas à manipulação das ideias pelos detentores do poder. As limitações ideológicas derivam, também, da divisão social do trabalho, da propriedade privada e da própria dilaceração da comunidade humana.

Tal crítica, não significa, que não tenham ocorrido conquistas teóricas, organizativas e políticas para a herança marxiana e para o proletariado sob a égide da Internacional Operário Socialista. Pensemos, por exemplo, nas conquistas trabalhistas, nos partidos operários e nas contribuições teóricas de figuras exponenciais como Kautsky, Plekhanov, Labriola, Mehring entre outros, nas áreas da história, arte, economia, movimento agrário, cultura, e política. Porém, por uma série de determinações históricas, o núcleo ontológico-emancipatório do projeto marx-engelsiano se viu tolhido pelas posturas hegemônicas, deterministas-naturalistas e reducionistas, típicas do período.

A ausência de princípios teóricos sólidos⁴ oriundos do próprio cerne da obra marxiana induziu o marxismo da Segunda Internacional de maneira predominante, a sofrer profundas deformações. Enquanto na esfera política consolidou-se o reformismo, isto é, o distanciamento cada vez maior entre o programa mínimo – de reformas parciais no horizonte do capitalismo –, e o programa máximo – de superação da própria ordem burguesa:

No plano filosófico, o marxismo tropeça em limites de caráter economicista, pois a maioria tende a fazer dele uma doutrina de uma só linha (*unilineare*), na qual a economia determina rigidamente todos os outros planos da realidade. A frase juvenil de Marx – “é o ser social dos homens que determina a consciência, e não a consciência que determina o seu ser” – é entendida ao pé da letra, no sentido da existência de uma relação causal entre estrutura e superestrutura, economia e ideologia, com a conseqüente redução do marxismo a um rígido determinismo (OLDRINI, 1999, p. 69).

⁴ O próprio Engels, de certa maneira, reconheceu a fragilidade teórica do movimento socialista da Segunda Internacional, ao identificar a influência de Dühring nas fileiras da social-democracia alemã, e ser forçado a “deixar de parte outros trabalhos” para travar uma batalha ideológica de defesa, explicitação e divulgação dos fundamentos do marxismo no clássico *Anti-Dühring*. De acordo com Engels (1979, p. 5) “[...] parte da imprensa socialista se pôs a dar boas-vindas ao novo apóstolo, com um entusiasmo que não unicamente condescendência, mas deixava transparecer alguma inclinação para acolher, sem reservas, o senhor Dühring, e, o que é mais, a doutrina do senhor Dühring [...] Havia mesmo pessoas que já se julgavam no dever de difundir a doutrina entre os trabalhadores”.

Esse determinismo de cunho quase naturalista da Segunda Internacional estava associado a uma postura de negligenciar os aspectos filosóficos presentes na obra marxiana.

É importante destacar que a confirmação de uma filosofia imanente ao marxismo, “[...] implicava na universalidade teórica do marxismo e se opunha, nesse ponto, tanto ao oportunismo da Segunda Internacional quanto às ideologias burguesas” (MARKUS, 1974, p. 115).

Tal tendência, porém, tornou-se marginal juntamente com os aportes leninianos frente ao engessamento do marxismo como filosofia de Estado pela burocracia stalinista e a criação de uma escolástica laica mal denominada de “marxismo-leninismo”, bifurcada em materialismo dialético e materialismo histórico. No materialismo dialético Marx teria concebido uma “ciência geral do ser” que englobaria a natureza, a sociedade e o pensamento, independentemente de suas determinações específicas. Noutros termos, Marx seria um fundador de uma nova “filosofia geral” que forneceria a explicação coerente do ser em todas as suas modalidades. Tal filosofia marxista aplicada ao ser social constituiria o materialismo histórico, o qual teria como objeto as leis de evolução mais gerais da sociedade.

Sem adentrarmos nos limites da citada demarcação, é interessante destacar que ela não encontra lastro na obra marxiana. Primeiro porque há a suposição de que na obra de Marx conteria uma filosofia da natureza, na medida em que esta se institui como uma teoria geral. Segundo porque é problemático mesmo baseando-se em alguns elementos da *Ideologia Alemã* ou no manuscrito inacabado de Engels *Dialética da Natureza*, sugerir tal posição de forma peremptória. Terceiro porque essa interpretação no limite tende a projetar na obra de Marx todo um conjunto de elaborações do que foi e é a tradição marxista que, muitas vezes, ignorava ou subestimava a relação específica entre Marx e Hegel, tendendo a fazer uma leitura rigorosamente cientificista e positivista de Marx.

1.2 UMA ONTOLOGIA DE NOVO TIPO

É com as pesquisas lukacsianas que vem à tona a problemática ontológica como aspecto essencial da obra marxiana. Quando Lukács termina sua *Estética* na década de 60 e, antes de iniciar sua projetada *Ética*, empreende, num esforço que consumiu aproximadamente seus últimos oito anos de vida, a produção de sua *Ontologia do Ser Social* (1981) como uma ampla introdução à citada *Ética*.

Segundo Lukács, Marx instaura os fundamentos de uma ontologia de novo tipo. Marx pensa as relações do homem com sua história não de uma maneira especulativa, mas da perspectiva do ser social historicamente determinado, o que conduz a uma orientação radicalmente nova tanto das relações do indivíduo com sua história, como com a história do gênero – dimensões imanentes que constituem o processo histórico global.

Portanto, Marx ao afirmar a mutabilidade do existente, critica a sociedade burguesa. Com a superação do capitalismo há a possibilidade de iniciar a produção da história – sairmos da pré-história – e não o fim desta. Com isso, muda toda a reflexão e o tratamento de todas as categorias ontológicas. Tudo se integra na processualidade histórica, nada podendo ser anistórico. Categorias como, por exemplo: essência, fenômeno, singular, particular, universal, mediação e continuidade, são redimensionadas tendo como pressuposto que não são pensadas aprioristicamente em relação ao processo histórico que lhe dá efetividade, isto é, elas não têm sentido a não ser em suas existências concretas e nas suas possibilidades. Isso caracteriza a obra de Marx como uma verdadeira revolução teórica que instaura uma ontologia de novo tipo, e não uma simples vertente ontológica especulativa.

Assim, o núcleo estruturante da perspectiva inaugurada por Marx se constitui como uma ontologia – importante “[...] não esquecer que as categorias exprimem, portanto formas de existência, condições de existência determinadas [...]” (MARX, 1983, p. 224). Por isso, Lukács (1979, p. 11) afirma que:

[...] qualquer leitor sereno de Marx não pode deixar de notar que todos os seus enunciados concretos, se interpretados corretamente (isto é, fora dos preconceitos da moda), são entendidos – em última instância – como enunciados diretos sobre um certo tipo de ser, ou seja, são afirmações ontológicas.

Noutras palavras, o pensamento de Marx opera em primeiro plano com o que é o real, para aferir as questões epistemológicas e metodológicas impostas pelo ser para o seu conhecimento. Tal imposição fundante do ser sobre a esfera gnosiológica se expressa no *Ad Feuerbach* de maneira contundente, permitindo conclusões sobre a hierarquia entre ontologia e teoria do conhecimento dentro do pensamento marxiano como identifica Chasin (1995, p. 400-401):

[...] a Tese I estabelece a natureza da existência social, decifrada em termos de atividade sensível, e apenas na II toma lugar o problema do conhecimento, sendo este resolvido, o que tem peso demonstrativo, a partir do complexo de entificação firmado na primeira. Ou seja, a determinação do que – é – antecede a admissão e o tratamento de temas gnosisio-epistêmicos. Ao contrário de qualquer abordagem sob critério gnosiológico, em que um pré-discurso nesse diapasão pretende fundamentar o discurso propriamente dito a respeito do objeto, no pensamento marxiano o tratamento ontológico dos objetos, sujeito incluso, não só é imediato e independente, como autoriza e fundamenta o exame da problemática do conhecimento. O exame desta é que depende de critério ontológico, e só por meio deste é que pode ser concebida em seu lugar próprio e na malha das relações devidas que propiciam sua adequada investigação. Lugar derivado e subsequente na ordem dos discursos, uma vez que o conhecimento, sendo, entre outras, uma relação específica entre sujeito e objeto, pressupõe para efeito de sua abordagem a determinação preliminar das figuras obrigatórias nele envolvidas, o que promove sua inserção na rede das correlações em geral entre sujeito e objeto, facultando ser determinado em sua especificidade e em suas condições reais de possibilidade.

A pontuação ontológica formulada por Marx revela-se em suas primeiras inflexões antiespeculativas presentes desde a década de 40 do século XIX. A partir de

1843, Marx iniciou um processo de instauração de novos referenciais teóricos que se contrapuseram à especulação, ao logicismo e à abstratividade, sustentados por uma razão autosuficiente, o que é próprio do idealismo, em especial o de Hegel. Em Marx há, desde que começou a andar com os seus próprios pés, a postura teórica de identificar a importância da objetividade. Objetividade tanto no seu sentido geral da causalidade espontânea natural, quanto da realidade humana que se autoconstitui pelo trabalho. Entendemos, pois, que é o reconhecimento por parte de Marx, da posição hierárquica fundante do mundo sobre a subjetividade que institui o perfil ontológico imanente que irá caracterizar a revolução teórica marxiana, pois aí surge toda a radicalidade da crítica de natureza ontológica que:

[...] organiza a subjetividade teórica e assim faculta operar respaldado em critérios objetivos de verdade, uma vez que, sob tal influxo da objetividade o ser é chamado a paramentar o conhecer, ou, dito a partir do sujeito: sob a consistente modalidade do rigor ontológico, a consciência ativa procura exercer os atos cognitivos na deliberada subsunção, criticamente modulada, aos complexos efetivos, às coisas reais e ideais da mundaneidade (CHASIN, 1995, p. 362-363).

É esse instrumental teórico de novo tipo que permite romper, a partir de 1843, com o círculo de ferro do idealismo hegeliano, da especulação neo-hegeliana e da circularidade do político para buscar uma nova inteligibilidade para o social. Marx critica Hegel, por este deduzir a racionalidade dos fatos e processos não do seu encadeamento concreto, mas de um sujeito que estes expressariam – a “idéia”, isto é, o pensamento pensado. Partindo disso, Marx aponta que a crítica da esfera política só se torna efetiva e radical se fundamentada na compreensão da esfera social.

Foi a postura ontológica de Marx que o fez romper com toda uma tradição teórica ensimesmada na redução do político às formas jurídico-políticas. Pela primeira vez, a análise da sociedade civil torna-se o pressuposto da explicação do político. Por isso, Marx parte para o estudo da economia política, ou seja, o conjunto de concepções teóricas que a partir do último terço do século XVIII – especialmente na Inglaterra onde surgem as obras seminais de Adam Smith e David Ricardo – procura compreender as novas formas de sociabilidade postas pelo mundo emergente do capital.

A expressão teórica desse primeiro contato com a economia política, induzindo pela percepção ontológica de ir aos fundamentos do ser social burguês, são os *Manuscritos de 1844*. Então a partir da crítica das elaborações da economia política, que por seu caráter apologetico tende a ser uma legitimação da sociedade dada, congelando, mistificando e eternizando suas categorias, Marx produz uma contundente crítica à sociedade burguesa, cujo núcleo está na descoberta do trabalho como demiurgo da realidade humana.

Isso faz com que na ontologia marxiana consciência e realidade objetiva sejam compreendidas como dois momentos com o mesmo estatuto ontológico, ou seja, a consciência não é um simples epifenômeno da realidade objetiva. É interessante destacar que a relação *fundado-fundante* está posta em termos ontológicos, noutras esferas como a política ou a educação, por exemplo. Dependendo de cada caso concreto pode ocorrer uma inversão quanto à importância da subjetividade ou da objetividade – sem esquecer que estas são categorias reflexivas que só na abstração podem ser desmembradas. Daí a extrema distância da perspectiva ontológica marxiana que possui

como fundamento a unidade indissolúvel entre subjetividade e objetividade, presente na atividade matriz da sociabilidade, o trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. A Querela do Humanismo II (inédito). **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 14, p. 48-72, abr. 2002.

BENOIT, Hector. Da Lógica com um Grande “L” à Lógica de O Capital. In: Andréia Galvão *et al*. **Marxismo e Ciências Humanas**. São Paulo: Xamã, 2003.

CHASIN, J. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital**. São Paulo, Ensaio, 1995.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LUKÁCS, György. **Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **Per una Ontologia dell'Essere Sociale**. Roma: Ed. Riuniti, 1981, v. 1 e 2.

MARKUS, Gyorgy. **Teoria do Conhecimento no Jovem Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MARX, Karl. **Contribuições à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

OLDRINI, Guido. Gramsci e Lukács, adversários do marxismo da Segunda Internacional. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 8, p. 67-80, jun. 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Estruturalismo de Levi-Strauss: o marxismo de Louis Althusser**. São Paulo: Brasiliense, 1971.

_____. **O Que é Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.